



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCEG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO – UAE
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

LIVIA KATEHUSCA ABRANTES DE LIMA

**DO SABER DA EXPERIÊNCIA ÀS FERRAMENTAS DIGITAIS: DESAFIOS E
OPORTUNIDADES COM A TECNOLOGIA PARA A ESCOLARIZAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS**

CAJAZEIRAS - PB

2024

LIVIA KATEHUSCA ABRANTES DE LIMA

DO SABER DA EXPERIÊNCIA ÀS FERRAMENTAS DIGITAIS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES COM A TECNOLOGIA PARA A ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação, da Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador (a): Pr^a. Dr^a. Edinaura Almeida de Araújo

CAJAZEIRAS - PB

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

L732s	<p>Lima, Livia Katehusca Abrantes de. Do saber da experiência às ferramentas digitais: desafios e oportunidades com a tecnologia para a escolarização de jovens e adultos / Livia Katehusca Abrantes de Lima. - Cajazeiras, 2024. 49f. Bibliografia.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Edinaura Almeida de Araújo. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2024.</p> <p>1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Integração de Tecnologias - EJA. 3. Educação de Jovens e Adultos - São João do Rio do Peixe - Município - Paraíba. 4. Analfabetismo digital. 5. Tecnologias digitais - EJA. 6. Aprendizagem digital. 7. História da EJA - Brasil. I. Lima, Livia Katehusca Abrantes de. II. Título.</p> <p>UFCG/CFP/BS</p> <p>CDU - 376</p>
-------	--

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

LIVIA KATEHUSCA ABRANTES DE LIMA

DO SABER DA EXPERIÊNCIA ÀS FERRAMENTAS DIGITAIS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES COM A TECNOLOGIA PARA A ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Aprovado em 13/11/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



EDINAURA ALMEIDA DE ARAÚJO

Data: 13/11/2024 13:44:01-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Edinaura Almeida de Araújo

Orientadora (UAE/CFP/UFCG)

Documento assinado digitalmente



MARIA DE LOURDES CAMPOS

Data: 14/11/2024 18:28:23-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Maria de Lourdes Campos

Examinadora titular (UAE/CFP/UFCG)

Documento assinado digitalmente



DORGIVAL GONCALVES FERNANDES

Data: 13/11/2024 19:22:32-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Dorgival Gonçalves Fernandes

Examinador titular (UAE/CFP/UFCG)

Prof. Dr. José Amiraldo Alves da Silva

Examinador suplente (UAE/CFP/UFCG)

AGRADECIMENTOS

Não há palavras no mundo que emitam a gratidão e carinho a Jeová, o Deus da minha vida, o qual me deu forças, sabedoria, determinação e paciência, me guiando durante essa longa caminhada, acalmando o meu coração nos momentos de dificuldades.

Aos meus pais, Josefa Batista e Marcial Bispo, por todo amor, apoio e compreensão ao longo dessa jornada. Pela dedicação, ensinando que o estudo é o caminho para realizar nossos sonhos com esforço e trabalho digno. À minha mãe em especial, a quem agradeço e dedico esta pesquisa, pela motivação, apoio emocional e por estar sempre ao meu lado. Sem seu amparo, essa conquista não seria possível.

Aos meus irmãos, Raica Ísis, Gabriel Nicolas e Isabella Nicolly, pelo incentivo, por serem o meu porto seguro, o meu lar, me fazendo sorrir nos meus dias mais escuros e ansiosos.

Agradeço aos meus gatos, por tornarem os meus dias mais coloridos, por encherem o meu coração de amor e brandura, por serem uma das obras mais lindas que Deus criou.

Aos meus amigos de jornada acadêmica, fiéis e confidentes, os quais levo para a vida, Lucas Lisboa e Filipe Matos, agradeço por terem acreditado no meu potencial quando eu mesma duvidei. Minha eterna gratidão por cada palavra de incentivo, pelas conversas, risadas, por estarem comigo nos momentos de alegria e de tristeza, tornando o percurso mais leve. Vocês fizeram com que as dificuldades fossem mais fáceis de enfrentar.

Aos meus colegas da graduação, pela partilha de conhecimentos, pelas experiências positivas e negativas, enriquecendo meu desenvolvimento enquanto humana e profissional.

Agradeço imensamente ao meu ex namorado, Luan Dantas, pelo incentivo, pela força e por ter sido minha “bússola” no início do TCC.

À minha professora orientadora, Edinaura Almeida, pela dedicação, responsabilidade, parceria e compreensão. Suas palavras de encorajamento, críticas construtivas e ensinamento, foram fundamentais para o desenvolvimento deste TCC e para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Aos professores da banca, Dorgival Gonçalves, Maria de Lourdes e José Amiraldo, por terem aceitado de bom grado, participar da minha defesa.

Aos professores do curso de Pedagogia, por terem contribuído para a minha formação acadêmica.

Ao meu psiquiatra, Dr. Ewerton Pinheiro e ao psicólogo, Matheus Germano, pelos conselhos, conversas, empatia e por me auxiliar no controle da ansiedade. Sem a dedicação e apoio de ambos, não estaria realizando esse sonho.

Agradeço e dedico a mim mesma, pela determinação, perseverança e responsabilidade, por cada sacrifício e pelas noites mal dormidas. Por não ter desistido nos momentos difíceis e estar aqui concluindo este curso de graduação, tornando-me a mais nova pedagoga da família.

*A educação é a arma mais poderosa que você
pode usar para mudar o mundo.*

Nelson Mandela

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EJA – Educação de Jovens e Adultos

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

PPP – Projeto Político Pedagógico

EMEIEF – Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental

UFMG – Universidade Federal de Campina Grande

ABC – Ação Básica Cristã

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

PEI – Programa de Educação Integrada

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

CES – Centro de Ensino Supletivo

MEC – Ministério da Educação

PNA – Plano Nacional de Alfabetização

EDUCAR – Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos

MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

PNAC – Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania

PBA – Programa Brasil Alfabetizado

TDIC – Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

PNA – Política Nacional de Alfabetização

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

PIEC – Programa de Inovação Educação Conectada

EAD – Educação a Distância

PB – Paraíba

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade educacional que visa oferecer oportunidades de aprendizado a indivíduos que não completaram a educação básica na idade convencional. Este trabalho de conclusão de curso (TCC) cujo título é: “Do saber da experiência às ferramentas digitais: Desafios e oportunidades com a tecnologia para a escolarização de jovens e adultos”, concentra-se na percepção e análise das oportunidades e desafios da integração de tecnologias na EJA. A pesquisa foi conduzida em uma escola municipal localizada em São João do Rio do Peixe, Paraíba, tem como objetivo geral analisar como a integração das tecnologias na EJA pode proporcionar oportunidades educacionais na aprendizagem e contribuir na superação dos desafios do analfabetismo digital, e como objetivos específicos identificar as oportunidades educacionais proporcionadas pela utilização da tecnologia na EJA; apontar os desafios do analfabetismo digital para os alunos da EJA; descrever a percepção do professor acerca do analfabetismo digital na EJA e perceber a contribuição para as oportunidades abrangentes a partir da utilização das tecnologias digitais. Os referenciais teóricos que sustentaram a pesquisa foram a História da EJA e as Tecnologias na educação. Como metodologia, a pesquisa é de abordagem qualitativa, tem como objetivo ser de caráter descritivo analítico, do tipo pesquisa de campo e análise documental. No instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário com os professores e uma entrevista semiestruturada com os alunos. O documento analisado foi o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, na cidade selecionada. Os resultados da pesquisa apontam desafios quanto a integração das tecnologias no ensino, por meio da falta de familiaridade e espaços tecnológicos. Os sujeitos compreendem a inclusão das tecnologias como uma ferramenta que pode contribuir para oportunidades educacionais. Portanto, concluímos que este trabalho é de grande relevância para o sistema educacional brasileiro, contribuindo para o desenvolvimento de um olhar crítico sobre a educação e as políticas públicas.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Tecnologias. Analfabetismo digital. Oportunidades. Aprendizagem.

ABSTRACT

Youth and Adult Education (EJA) is an educational modality that aims to offer learning opportunities to individuals who did not complete basic education at the conventional age. This final course work (TCC), whose title is: “From knowledge of experience to digital tools: Challenges and opportunities with technology for the education of youth and adults”, focuses on the perception and analysis of the opportunities and challenges of integrating technologies in EJA. The research was conducted in a municipal school located in São João do Rio do Peixe, Paraíba, and has as its general objective to analyze how the integration of technologies in EJA can provide educational opportunities in learning and contribute to overcoming the challenges of digital illiteracy, and as specific objectives to identify the educational opportunities provided by the use of technology in EJA; Point out the challenges of digital illiteracy for EJA students; Describe the teacher's perception of digital illiteracy in EJA and Perceive the contribution to comprehensive opportunities from the use of digital technologies. The theoretical references that will support the research will be the History of EJA and Technologies in education. The research methodology is qualitative and aims to be descriptive analytical character, the type of field research and document analysis. In the data collection instrument, we use a questionnaire with teachers and a semi – structured interview with students. The document analyzed was the Political Pedagogical Project (PPP) of the school in the selected city. The research results point out challenges regarding the integration of technologies in education, through lack of familiarity and technological spaces. The subjects understand the inclusion of technologies as a tool that can contribute to educational opportunities. Therefore, we conclude that this work is of great relevance to the Brazilian educational system, contributing to the development of a critical look at education and public policies.

Keywords: Youth and Adult Education. Technologies. Digital illiteracy. Opportunities. Learning.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. HISTÓRIA DA EJA NO BRASIL.....	15
2.1. As contribuições de Paulo Freire para a educação de jovens e adultos no Brasil: o encetamento de uma proposta de ensino duradouro.....	18
2.2. O regime militar e os retrocessos nos projetos de educação.....	20
3. TECNOLOGIAS NO ENSINO DE EJA.....	22
3.1. Alfabetização, letramento e analfabetismo digital.....	25
3.2. Normas e resoluções para uma nova perspectiva de aprendizagem digital na EJA.....	27
4. METODOLOGIA.....	31
5. ANÁLISE E REFLEXÕES A PARTIR DAS VIVÊNCIAS EM EJA.....	34
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICES.....	48

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe uma discussão acerca da integração da tecnologia na Educação de Jovens e Adultos (EJA), e tem como título: “Do saber da experiência às ferramentas digitais: Desafios e oportunidades com a tecnologia para a escolarização de jovens e adultos”. A EJA desempenha um papel crucial ao oferecer educação a indivíduos que não tiveram acesso ou não completaram o ensino básico na idade convencional. O histórico de desafios e conquistas nessa modalidade é notável, e a inserção de tecnologia traz um potencial significativo para melhorar o engajamento dos alunos, adaptar métodos de ensino e ampliar o acesso ao conhecimento.

No entanto, essa fusão de educação e tecnologia não está isenta de obstáculos e desafios como, o analfabetismo digital, a falta de familiaridade tecnológica entre alunos e educadores, questões de acesso às tecnologias e a adaptação de abordagens tradicionais, representam barreiras que precisam ser superadas. No Brasil, segundo o IBGE (2021) a taxa de analfabetismo digital entre adultos ainda é alta, dependendo das regiões, apesar do aumento no acesso à tecnologia nas últimas décadas, com cerca de 90,0% dos domicílios do país tendo acesso. Embora tenha investimentos a respeito das tecnologias, ainda há fragmentos de uma população adulta que não possui habilidades digitais essenciais.

A escolha do tema foi impulsionada pela minha relação com a temática, visto que, tive a oportunidade de ingressar nessa modalidade como educadora no ano de 2023 e atuei durante 1 ano, foi um período de muita aprendizagem e reflexões acerca das questões educacionais do país. Em consonância a isso, durante o ano letivo senti dificuldades em mediar com o público da EJA, com as suas necessidades, uma vez que não tive aulas específicas sobre essa modalidade durante meu Curso de Pedagogia na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – campus Cajazeiras.

Apesar de ter estudado sobre educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, senti a necessidade de aprofundar meus conhecimentos na EJA antes de concluir a graduação, a fim de compreender melhor essa importante área educacional. Desse modo, a pesquisa proporcionará estudos teóricos e reflexões para uma compreensão, tanto para melhorar a qualidade do ensino nessa modalidade, quanto para ampliar a percepção e importância da introdução de novas tecnologias e novos recursos como as tecnologias digitais, que na contemporaneidade se inserem e exercem forte influência na educação. A pesquisa é

também uma oportunidade para refinar abordagens pedagógicas para que a EJA seja cada vez mais eficaz na promoção do aprendizado.

A relevância pessoal e social desse estudo torna-se evidente, uma vez que a educação baseada em tecnologia não apenas capacita os alunos com habilidades essenciais para o mundo digital, mas também enriquece a qualidade do ensino na modalidade EJA, que desempenha um papel crucial na inclusão educacional.

No âmbito social, a adoção de tecnologias educacionais na EJA é um veículo para possibilitar aos alunos não apenas conhecimento, mas também a competência necessária para interagir em uma sociedade cada vez mais digitalizada. Isso não só melhora suas perspectivas educacionais, mas também as oportunidades profissionais e a participação social.

Ao considerar que essa é uma temática atual, pois a EJA continua sendo uma modalidade educativa necessária no Brasil que ainda não cumpriu seu papel no que se refere à inclusão, surge a questão central da pesquisa: "Como as tecnologias podem contribuir na Educação de Jovens e Adultos para proporcionar oportunidades educacionais na aprendizagem e contribuir na superação dos desafios do analfabetismo digital?". Esta pergunta é essencial para guiar o estudo na exploração das formas pelas quais a tecnologia pode enriquecer o ensino na EJA, capacitando os alunos a enfrentarem as demandas digitais do mundo moderno. Assim, tenho como curiosidade saber e compreender como a integração de tecnologia na EJA pode abrir portas ou contribuir para oportunidades educacionais abrangentes e, ao mesmo tempo, superar os desafios do analfabetismo digital, tendo em vista a exigência de saber utilizar as tecnologias no dia a dia.

Nessa perspectiva, elaboramos como objetivo geral da pesquisa: Analisar como a integração das tecnologias na Educação de Jovens e Adultos (EJA) pode proporcionar oportunidades educacionais na aprendizagem e contribuir na superação dos desafios do analfabetismo digital, contribuindo para o aprimoramento da qualidade do ensino nessa modalidade e preparando os alunos para a sociedade digital. E temos como objetivos específicos: Identificar as oportunidades educacionais proporcionadas pela utilização da tecnologia na EJA; Apontar os desafios do analfabetismo digital para os alunos da EJA; Descrever a percepção do professor acerca do analfabetismo digital na EJA, e Perceber a contribuição para as oportunidades abrangentes a partir da utilização das tecnologias digitais.

Tomando como norteadores os objetivos definidos para nossa pesquisa, buscamos compreender a trajetória histórica dessa modalidade de ensino, sem, contudo, nos determos

nas questões mais contundentes da EJA, porém, é importante apresentar fatos e dados que marcaram o ensino da EJA.

A metodologia adotada foi de cunho qualitativo, visando uma compreensão aprofundada e contextualizada do fenômeno em estudo. A tipificação primordial é ser de caráter descritivo analítico, analisando assim os elementos envolvidos, utilizando tanto a pesquisa de campo quanto a análise documental como técnicas principais. Para alcançar esse propósito, foi utilizado um questionário, direcionado aos professores, bem como uma entrevista semiestruturada, direcionada aos alunos, a fim de apreender suas percepções e experiências. Além disso, a análise detalhada do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola selecionada foi realizada, a qual pode coletar informações valiosas sobre o objeto de estudo. Estes instrumentos foram selecionados estrategicamente para garantir a coleta dos dados pertinentes e facilitar a consecução dos objetivos delineados para esta pesquisa.

A primeira seção abordou a fundamentação teórica, delineada em três tópicos essenciais. No primeiro, foi apresentada uma análise da história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, destacando seus desafios, avanços e conquistas ao longo do tempo. Em seguida, por meio de subtópicos, foram exploradas as contribuições fundamentais de Paulo Freire, renomado teórico, para a modalidade EJA no país; bem como será discutido o contexto educacional durante o período militar, abordando tanto os projetos educacionais implementados quanto os retrocessos ocorridos nesse período.

A próxima seção enfocou as tecnologias no ensino da EJA, ressaltando sua relevância na contemporaneidade e suas contribuições para aprimorar as práticas educacionais nessa modalidade. O primeiro subtópico foca sobre o processo de alfabetização, letramento e no desafio do analfabetismo digital, com ênfase no uso significativo das tecnologias e na superação das barreiras e dificuldades enfrentadas nesse contexto. Enquanto o segundo trouxe as normas e resoluções de perspectivas voltadas para aprendizagens digitais na modalidade EJA, discutindo sobre currículos, documentos normativos e o que as diretrizes em especial, preconizam para uma educação de qualidade, centrada nas tecnologias e na cultura digital.

A terceira seção correspondeu à metodologia da pesquisa, no qual será detalhado minuciosamente todos os procedimentos utilizados para alcançar os objetivos propostos. Em sequência, será iniciada a quarta seção, a qual trouxe a análise dos dados coletados, detalhando as experiências adquiridas, associando a teoria da fundamentação com a prática vivenciada.

A quinta e última seção apresentou as considerações finais, mencionando os principais resultados e conclusões da pesquisa. Além disso, destacou a relevância do estudo para o meu

desenvolvimento acadêmico e profissional, para a área da educação e para a sociedade em geral.

2. HISTÓRIA DA EJA NO BRASIL

O Brasil é um país que historicamente enfrentou desigualdades educacionais significativas, resultando em altas taxas de analfabetismo e falta de acesso à educação formal para muitos cidadãos, inclusive os jovens e adultos. A Educação de Jovens e Adultos (EJA), surgiu como uma resposta a essa lacuna educacional, oferecendo uma segunda chance de conclusão da educação básica para aqueles que não puderam acessá-la na infância ou na adolescência em virtude de diversos fatores, entre eles dificuldade de acesso, acesso restrito a uma pequena parcela da sociedade, por questões de natureza econômica e até cultural.

A educação de jovens e adultos no Brasil remonta aos tempos coloniais, quando os religiosos exerciam uma ação educativa missionária com adultos. Também no período imperial houve ações educativas nesse campo. Porém, pouco ou quase nada foi realizado oficialmente nesses períodos, devido principalmente à concepção de cidadania, considerada apenas como direito das elites econômicas (Brasil, p. 15. 2002).

A instrução de adultos e adolescentes, tanto de nativos quanto de colonizadores empreendida pelos padres Jesuítas a partir de 1549, tinham sentido de catequização, conformação dos grupos, diferenciando apenas os objetivos para cada grupo social (Aranha, 2006). Considerando que, as políticas educacionais do Brasil não foram implementadas visando atender a inclusão sem distinção, é perceptível que em todos os períodos políticos ocorreram negligências e imposição de interesses, de forma que uma grande parte da população sempre esteve a serviço da manutenção do status quo de uma parcela dos cidadãos.

Muitos projetos e propostas foram empreendidas no sentido de alterar a situação de exclusão e analfabetismo como por exemplo a EJA. No entanto, a EJA no Brasil enfrentou várias lutas e obstáculos que impactaram a sua eficácia e acessibilidade, resultando em avanços e retrocessos ao longo do tempo.

Essa modalidade de ensino sempre foi alvo de preconceitos sociais e muitas críticas, levando os alunos a sentirem-se alunos inferiorizados. Desse modo, segundo Chagas (2020, p. 3):

Os alunos que recorrem a EJA para concluir seus estudos, por causa do preconceito social que se estabeleceu, passou a ter uma imagem marginalizada,

sendo aquele que pouco aprende, pobre, que não possui uma cultura suficiente ou inferior, considerado um sujeito com habilidades insuficientes para atuar em diferentes ambientes já que não sabem ler ou escrever.

O ato de construir uma imagem marginalizada, por muitas vezes desmotiva os alunos a darem continuidade a seus estudos, desembocando em sentimentos de medo e na descrença do aprendizado em uma idade fora da faixa etária para o ensino regular. Isso remonta e traz à luz uma história traçada pela dominação da classe dominante sobre a classe dominada, uma classe popular e ainda pouco valorizada.

A trajetória do ensino da EJA, começa no período colonial, quando os padres jesuítas, considerados os primeiros educadores do Brasil, catequizavam, de certo modo realizavam práticas educativas, com os índios. O público-alvo eram os indígenas adultos, pois faziam parte de uma civilização e seriam os percussores da construção do Brasil (Chagas, 2020).

A educação do período colonial se baseava de acordo com os interesses dos colonizadores, abrangendo educação e fé. Logo, se buscava converter os índios em católicos, os ensinando também a ler, escrever e se adaptarem ao processo colonizador para que se tornassem mão de obra, como assevera Ledesma (2010, p. 08):

Dessa forma, toda ação jesuítica, bem como a sua estrutura escolar, não pode ser analisada senão à luz do seu tempo, alicerçada em quatro pilares ideais para aquele momento histórico em que Estado e Igreja se consolidavam em uma instituição una e indissociável, com interesse comum de expandir os mundos e defender novas fronteiras: o projeto português para o Brasil, os objetivos religiosos da Igreja Católica implícitos na catequese e no projeto educacional, a estrutura social brasileira e o modelo de homem necessário para esses tempos.

Assim, a educação pautava-se na dominação religiosa e dos interesses dos portugueses. “A intensão era dominar e integrar atividades comerciais, unir forças, por isso entenderam que sobrepor seus costumes, cultura e modelo educacional era tão importante para manter os nativos sob suas pretensões” (Chagas, 2020, p. 3).

Com a expulsão dos jesuítas em 1759 pelo marquês de Pombal, cuja educação não convinha aos seus interesses comerciais, algumas medidas foram tomadas por ele, tais como: primeira implantação do ensino público oficial; a nomeação de professores; sistema de aulas Régis; subsídio literário, e o resultado disso foi que no princípio do século XIX a educação brasileira estava reduzida a praticamente nada. Esta situação somente começou a mudar com a chegada da família real ao Brasil (1808) (Ferraro, 2008).

Somente no período imperial, algumas iniciativas ocorreram, porém, as mudanças não correspondiam as necessidades educacionais do período. As influências do setor educativas

continuavam partindo da igreja. O sistema de ensino partia de aulas régias, aumentando cada vez mais o analfabetismo, tornando a situação alarmante e exigindo uma nova reformulação na educação brasileira que atendesse todas as classes e que fosse universal (Chagas, 2020).

A partir da Constituição Brasileira de 1824, o ensino passou a ser gratuito para todos, porém não funcionou como proposto, tendo em vista a ausência e despreparo de um corpo pedagógico. Dessa forma, como a educação de qualidade não havia se efetivado, muito se pensava e lutava contra o analfabetismo, considerado como “mal nacional”.

Na segunda metade do século 20 com a expansão da indústria no Brasil, especialmente nas áreas urbanas, houve uma demanda crescente por trabalhadores qualificados para atender às necessidades da economia industrial emergente, a qual ocasionou pressão e imposição de uma mão de obra local especializada, bem como a organização social das cidades, exigindo a criação de outras reformas educacionais brasileiras.

A pressão trazida pelos surtos de urbanização, nos primórdios da indústria nacional, impondo a necessidade de formação de uma mão-de-obra local, aliada à importância da manutenção da ordem social nas cidades, impulsionou as grandes reformas educacionais do período em quase todos os estados brasileiros. Além disso, os movimentos operários, fossem de inspiração libertária ou comunista, valorizavam a educação em seus pleitos e reivindicações (Brasil, 2002, p.13).

Na mesma época, em função do Decreto nº16.782/A, no dia 13 de janeiro de 1925, foi que se constituíram as escolas noturnas para adultos, logo se entende que após muitas lutas e do empenho de intelectuais que se dedicaram por um ensino melhor e para todos, aos poucos, conforme os anos, reformas foram sendo realizadas e a trajetória da EJA foi sendo construída.

De acordo com a Constituição de 1934, a educação para jovens e adultos foi oficialmente firmada, passando o ensino primário como obrigatório e gratuito. Mas, infelizmente, com o golpe de 1937, as conquistas educacionais foram cortadas, e o foco se resumia na mão de obra, principalmente em formar para o profissional. Até os anos de 1945, iniciando em 1942, foi criado o Fundo Nacional de Ensino Primário, o qual abriu portas para o ensino supletivo envolvendo jovens e adultos (Brasil, 2002).

Com o ensino cada vez mais evidenciado, nos anos de 1946, os educadores tiveram acesso aos materiais impressos para trabalharem em sala de aula e mais uma vez teve em pauta a diminuição do analfabetismo, sendo propostas campanhas e serviços para essa modalidade, porém, foi sem sucesso, o analfabetismo no Brasil ainda se encontrava em

grande número, visto que a classe popular não letrada ainda não era visivelmente percebida ou totalmente considerada.

Por volta de 1960, a EJA começou a ter avanços significativos, os quais tornaram visíveis o analfabetismo, precisando ter uma realidade analisada e compreendida. Por meio das mobilizações e do interesse das classes populares na política, que de fato a educação ganhou mais atenção. O ensino, de acordo com a Lei nº4.024/61, teve como destaque o certificado de conclusão do curso colegial para maiores de 19 anos e o certificado para o ensino ginasial para maiores de 16 anos.

Os movimentos que aconteceram entre 1950 e 1960 foram de grande relevância para o ensino brasileiro. A maioria teve como influência as ideias do professor Paulo Freire, acerca da dialogicidade, reflexão e conscientização que sua metodologia de ensino propunha. Freire teve uma participação fundamental na educação de jovens e adultos, tornando-se principal personagem na luta contra o analfabetismo. A seguir, elucidamos um pouco do autor e de sua proposta educacional.

2.1 As contribuições de Paulo Freire para a educação de jovens e adultos no Brasil: o encetamento de uma proposta de ensino duradouro

Paulo Reglus Neves Freire foi um educador, escritor, filósofo e pedagogo brasileiro, reconhecido internacionalmente por suas contribuições significativas para a teoria da educação. Dedicou-se especialmente aos populares, trabalhadores, analfabetos e excluídos, indivíduos que sofreram as mais profundas marcas das desigualdades sociais. Sua vida foi marcada por um comprometimento incessante com a promoção da educação como ferramenta de libertação e transformação social. Dessa forma, sua proposta para EJA se concentrava em uma educação libertadora, popular, universal, igualitária e gratuita (Alves; Silva; Rezi, 2020).

Freire em seus métodos educativos de atuação, iniciou seu projeto de EJA em Angicos, localizado no Rio Grande do Norte, tornando-se muito mais além do que um simples método de alfabetização. Desse modo, esse projeto destacou-se por sua oposição à chamada “educação bancária” e por adotar uma abordagem pedagógica baseada na leitura de mundo, promovendo maior sensibilidade para os problemas cotidianos. Além disso, essa experiência buscava uma educação que conscientizasse as massas, superando a visão ingênua do conhecimento e promovendo uma compreensão crítica da realidade. Esses princípios

fundamentaram os pressupostos freirianos que posteriormente se tornaram pilares de sua abordagem educacional (Alves; Silva; Rezi, 2020).

Paulo Freire teve um papel crucial no sistema educacional brasileiro, principalmente por visar a conscientização política e social, capacitando os alunos a participarem ativamente na transformação de suas próprias condições de vida.

Na década de 60, a referência principal para a constituição de um novo paradigma teórico e pedagógico foi dada pelo educador Paulo Freire, cujo papel fundamental no desenvolvimento da EJA no Brasil, ao destacar a importância da participação do povo na vida pública nacional e o papel da educação para sua conscientização. As iniciativas de educação popular eram organizadas a partir de trabalhos que levavam em conta a realidade dos alunos, implicando a renovação de métodos e procedimentos educativos (Brasil, 2002, p. 14-15).

A contribuição de Paulo Freire transcende a criação de um método de alfabetização de adultos, ao propor um pensamento pedagógico mais consciente e crítico. Sua abordagem questiona e analisa todas as formas de poder que oprimem e silenciam o sujeito, que, por meio da educação formal, busca não apenas aprender, mas também transformar sua própria realidade, sendo agente ativo de seu aprendizado e da mudança social (Alves; Silva; Rezi, 2020). Dessa forma, Freire consiste em um pensamento pedagógico libertador da condição de oprimido para emancipatório, iniciando de fato a alfabetização com jovens e adultos, permitindo assim ao indivíduo, a capacidade de decidir e intervir na sua própria vida.

Para ensinar um jovem ou adulto a ler e escrever, é fundamental utilizar uma abordagem que considere suas particularidades, experiências de vida, aspectos culturais e conhecimentos prévios. Isso requer a aplicação de propostas pedagógicas adaptadas e metodologias específicas que atendam às necessidades desse público. Assim, é essencial respeitar a individualidade de cada pessoa, valorizando sua história e reconhecendo o saber que cada um traz consigo (Buzioli; Tassoni, 2021). Esse método de alfabetização, se evidencia nos métodos pedagógicos de Freire, promovendo um ensino aprendizagem inclusivo, democrático e transformador para os sujeitos envolvidos, especialmente para as pessoas das camadas mais populares da sociedade.

As ações de Paulo Freire foram um pontapé para uma educação conscientizadora e mais focada na realidade dos educandos. Neste sentido, em janeiro de 1964, foi aprovado o Plano Nacional de Alfabetização, baseado na proposta de Freire, justamente pensando em erradicar o analfabetismo no Brasil. Todavia, no mesmo ano, a educação sofreu com intervenções e proibição por meio do regime militar, tornando toda as ações educativas populares suspensas, principalmente o plano. A educação nesse momento passou a ser

relacionada a modos conservadores. “Para enfrentar o analfabetismo, que persistia como um desafio, o governo militar promoveu, entre 1965 e 1971, a expansão da Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC), entidade educacional dirigida por evangélicos, surgida no Recife, para ensinar analfabetos” (Brasil, 2002).

2.2 O regime militar e os retrocessos nos projetos de educação

De acordo com Coelho (2011), no Brasil, houve avanços significativos nos direitos humanos, tanto em termos de normativas quanto de garantias, com destaque para a consolidação da democracia e a valorização do direito à educação. Apesar disso, a luta pelos direitos humanos foi interrompida pela ditadura militar, marcando um período de restrições e violações desses direitos no país, enfatizando somente a vontade do governo por longos 21 anos.

Com a mudança e o desânimo que se alastrou, retrocedendo o que já se havia conquistado, foi que em 1967 o governo criou o Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização – que perdurou até 1980, devido ao autoritarismo e falta de recursos necessários. Até a década de 80, o Mobral experimentou um crescimento contínuo, expandindo-se nacionalmente e diversificando suas atividades. A alfabetização acontecia por meio de métodos simplificados, utilizando cartilhas e materiais de fácil compreensão. O Programa de Educação Integrada (PEI) foi uma iniciativa que comprimiu o ensino primário em poucos anos, oferecendo a oportunidade de continuidade dos estudos para os recém-alfabetizados pelo Mobral (Brasil, 2002).

Em 1971 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), destacou o ensino supletivo, o qual foi desenvolvido para oferecer educação àqueles que não conseguiram estudar no ensino regular. Vale salientar que o supletivo não acontecia somente de modo presencial, mas também à distância e dentre outras formas, destacando o início de novas tecnologias. Dentre suas funções está a suplência, o suprimento, a aprendizagem e qualificação. Com a introdução do ensino supletivo, a educação se estendeu a todo o ensino de 1º grau. Houve uma redefinição nas funções desse ensino, e os Centros de Ensino Supletivo (CES) foram estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) para atender todos os alunos, incluindo os que saíram do Mobral, que desejavam completar seus estudos fora da faixa etária regulada para as séries iniciais do ensino de primeiro grau (Brasil, 2002).

Diante o fim do Mobral, também acabou o regime militar, o qual até então substituiu algumas ações do Mobral mediante os seus interesses, buscando práticas pedagógicas que preparasse os alunos apenas para ler e escrever. Desse modo, o Brasil sofria com a pressão da ditadura, no qual prevalecia apenas uma educação técnica, visando simplesmente atender o mercado de trabalho. Atualmente o país não se encontra em uma situação muito diferente.

Precisamos, enquanto docentes, dizer “não” ao sistema em alguns aspectos educacionais no qual estamos inseridos. Precisamos dizer “não” aos programas destinados a EJA e que são arbitrariamente modificados de acordo com a necessidade transitória dos governos, que, até aqui, não nos promoveu uma ação que pudéssemos de fato atestar como primordial e necessária a continuidade do que se é planejado e proposto nesse segmento. Estamos caminhando ainda insatisfeitos nesse sentido (Coelho *et al.*, 2020, p. 119).

Os programas educacionais vivem retrocessos mediante os interesses dos governos, os quais prejudicam professores e alunos, ainda que se viva em um sistema democrático. Nesse sentido, torna-se evidente o quão a educação sofreu no período ditatorial. Durante a ditadura militar no Brasil, diversas organizações foram reprimidas, fechadas e perseguidas, com seus líderes frequentemente presos e acusados de crimes contra a nação. Isso ocorreu como parte de uma estratégia para impedir a promoção da educação como meio de exercício da cidadania. Simultaneamente, o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), fundamentado nos princípios de Paulo Freire, foi extinto antes mesmo de ser implementado, representando um retrocesso no campo educacional (Santos, 2016).

Na década de 1980, com o fim do regime militar, o Brasil experimentou um retorno à democracia, acompanhado por um interesse crescente de estudiosos nacionais e internacionais na compreensão dos desafios da reconstrução democrática e na reformulação de novos planos para a educação do país. No âmbito da EJA, os anos 80 foram caracterizados por estudos que se concentravam na evasão e no fracasso escolar, revelando desafios na organização escolar e nos projetos pedagógicos destinados a adultos. Foi somente nos anos 90 que a Gestão Educacional passou por transformações significativas nos níveis federal, estadual e municipal. Essas mudanças foram implementadas para atender às diversas demandas, impulsionadas pelo aumento na rede pública de ensino e também para responder às novas necessidades econômicas decorrentes da reestruturação capitalista (Santos, 2016).

Em 1985 foi criado, a Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos, também conhecido como Fundação Educar, criada para desenvolver ações que juntamente à Secretaria de Educação, pudesse promover atividades de alfabetização. Nesse mesmo intervalo de tempo foi promulgada a Constituição de 1988, trazendo novas e inovadoras

propostas para o ensino de EJA. “Foi nesse momento em que o Estado começou a priorizar, de certo modo a educação de jovens e adultos e criar estratégias pedagógicas para erradicar o analfabetismo” (Chagas, 2020).

No ano de 1990, a Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos foi excluída. Em busca de diminuir o analfabetismo, o Brasil se comprometeu com a Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, criando projetos e programas para garantir uma educação eficaz, universal e de direito para todos os cidadãos. Ainda nesse ano, foi criado por Freire e apoiado pelo governo de Fernando Collor de Mello, o MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – vindo para combater o analfabetismo no país, proporcionando a oportunidade de aprender a ler e escrever. O MOVA, em sua metodologia, buscava promover a inclusão social e educacional, permitindo que pessoas que não tiveram acesso à educação na infância pudessem adquirir habilidades básicas de leitura, escrita e matemática (Pini, 2019). Ademais, nessa época, o governo de Collor trouxe o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), sendo engavetado no governo de Itamar Franco.

Em 1994, com o governo de Itamar Franco, surgiu o Plano Decenal, que tinha como alvo os educandos jovens e adultos pouco escolarizados. Somente em 2003, com o governo de Luíz Inácio Lula da Silva, e a criação do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que se efetivou a inclusão social, a busca por acabar com o analfabetismo na EJA, a universalização, permitindo e garantindo o espaço para que pessoas que não puderam concluir seus estudos no tempo certo possam sonhar, construir, refletir e concluir a educação básica, tendo seus direitos garantidos.

3. TECNOLOGIAS NO ENSINO DE EJA

Tecnologia é um termo abrangente que se refere ao conjunto de conhecimentos, técnicas, ferramentas, métodos e dispositivos utilizados pelos seres humanos para criar, modificar e utilizar produtos e sistemas para atender às suas necessidades e melhorar sua qualidade de vida. A tecnologia não se limita apenas à eletrônica e à informática, embora essas áreas sejam frequentemente associadas a ela. Ela desempenha um papel fundamental em nossa sociedade, impulsionando o progresso, a inovação e a melhoria de nossas vidas de várias maneiras. A evolução constante da tecnologia é uma característica marcante do mundo

moderno e continua a moldar nosso futuro de maneira cada vez mais profundo e impactante, incluindo principalmente práticas educacionais (Vilaça; Araujo, 2016).

As tecnologias estão presentes e de forma proeminente em diversos setores da sociedade, como bancos, lojas virtuais, meios de comunicação, e especialmente o espaço escolar. Logo, ela contribui para a organização do cotidiano das pessoas. Dessa forma, é necessário que também os discentes da EJA estejam adaptados às transformações tecnológicas ocorridas na sociedade, até mesmo para ser inserido no mercado de trabalho, tendo em vista as mesmas estarem cada vez mais presente na vida dos indivíduos. Essas transformações corroboram no progresso dos métodos e formas para se educar e aprender (Vilaça; Araujo, 2016).

O ensino de EJA ganhou visibilidade com uma nova política educacional do final do século XX e início do século XXI, principalmente no quesito de compreender a realidade dos educandos frente as transformações ocorridas. O que torna imprescindível a compreensão das evoluções tecnológicas e a constante necessidade de dominar o que a compõe. Desse modo, se torna crucial a revisão dos currículos de EJA, em busca de integrar esses alunos no mundo tecnológico, combatendo o analfabetismo digital.

De acordo com Vilaça e Araujo (2016), o acesso às tecnologias e comunicação não é universal, ou seja, nem todos se beneficiam dela, por inúmeros motivos. Um dos fatores que impede é o econômico, dificultando ou impossibilitando o contato com os meios tecnológicos. Essa questão só enfatiza cada vez mais, a exclusão digital, desenvolvendo um espaço para o analfabetismo tecnológico ou digital.

Paulo Freire teve grandes contribuições para o ensino de jovens e adultos quanto às tecnologias. A concepção freiriana sobre a tecnologia está centrada no princípio da condição humana, destacando a ação do ser humano na realidade em que vive como fundamental para o entendimento dessa relação, atribuindo significado ao papel das tecnologias. Desse modo, as tecnologias participam ativamente no desenvolvimento e evolução dos sujeitos, configurando-se como mecanismo de inclusão dos jovens e adultos no espaço tecnológico (Cassol; Pereira; Amorim, 2020).

Embora Freire não tendo a oportunidade de lidar diretamente com as tecnologias digitais, pois sua carreira se desenvolveu principalmente nas décadas de 1960 e 1970, suas ideias e princípios pedagógicos eram aplicáveis ao uso das tecnologias na EJA. Seu trabalho se concentrou em pedagogia crítica e na promoção da educação como uma ferramenta de emancipação social, um ensino de forma crítica, reflexiva e centrada no aluno.

Inovação se tornou a palavra chave do mundo moderno e tecnológico. Desse modo, com os bombardeios de informações e todos os aspectos tecnológicos que surgem, se faz necessário uma educação de qualidade que auxilie no manuseio, adaptação nas mudanças contínuas, principalmente por elas serem os veículos de informação e comunicação mais cruciais na atualidade.

Isso se configura na busca pela qualidade de educação que, diante do processo de mudanças contínuas, ponderam por inovações no espaço da sala de aula, pela consolidação e avanço do desenvolvimento humano numa perspectiva crítica, criativa e participativa, e esta apenas será possível a partir de estratégias pedagógicas que potencializem a formação cidadã do sujeito em virtude da diversidade que se apresenta a cada momento na sociedade (Cassol; Pereira; Amorim; 2020, p. 62-63).

Refletir sobre as tecnologias no espaço escolar é incluir e aproximar professores e alunos da realidade, proporcionando avanços em seu desenvolvimento criativo, reflexivo, crítico e formativo, até porque a tecnologia em seu verdadeiro sentido, é formar para o desenvolvimento transformativo daqueles que estão envolvidos, tanto para sua construção cidadã, social, pessoal, como para uma construção profissional, visto que com as novas demandas surgem novas ferramentas e espaço de trabalho, que é necessário experiência e habilidades tecnológicas, as quais a escola pode fornecer se acompanhar a evolução.

A pandemia de COVID-19 acelerou significativamente a adoção de tecnologia na educação em todo o mundo, incluindo a EJA. No entanto, essa transição ocorreu muitas vezes de forma abrupta e não planejada.

Esse cenário nos leva a refletir, mais especificamente, sobre o âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em que os estudantes são pessoas com traços de vida, origens, idades, vivências profissionais, históricos escolares, ritmos de aprendizagem e estruturas de pensamentos completamente variados, que fazem parte da população trabalhadora de baixa renda, que vivencia o trabalho precarizado, informal e até o desemprego (Almeida; Sousa, 2022, p.50).

É crucial entender como essa mudança afetou a EJA e como as tecnologias podem ser usadas de maneira mais eficaz para melhorar o ensino e a aprendizagem nessa modalidade. Embora o cenário pós-pandemia tenha apresentado a exposição às tecnologias, é essencial uma integração mais profunda e bem planejada das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no ensino (Saviani; Galvão, 2021).

Ao considerar que as TDICs estão integradas ao nosso cotidiano, é interessante notar como essa tecnologia tem contribuído para uma nova dinâmica entre a sociedade e seus usuários. Entre as novas experiências sociais, destacam-se os novos usos do espaço público e

as variadas formas de relações sociais e comunicação (Vilaça; Araújo, 2016). Dessa forma, esses meios tecnológicos, ao influenciarem ativamente a sociedade, podem proporcionar oportunidades para o ensino e aprendizagem, aprimorando métodos educacionais.

Nos últimos anos, o governo brasileiro demonstrou um interesse crescente em promover a educação com o apoio da tecnologia, particularmente na EJA. Investimentos em infraestrutura tecnológica, programas de capacitação de professores e aquisição de dispositivos e conteúdos digitais são evidências do compromisso em melhorar a qualidade da educação para jovens e adultos. No entanto, a eficácia desses investimentos ainda não foi amplamente avaliada.

3.1 Alfabetização, letramento e analfabetismo digital

O processo de alfabetização de jovens e adultos deve ser adaptado às necessidades e realidades específicas a esse público. Alguns princípios importantes incluem o respeito às experiências de vida, a contextualização com a situação do cotidiano, desenvolver uma abordagem pedagógica baseada no diálogo e na interação numa via de mão dupla, como defendia Paulo Freire (1968). Essa metodologia incentiva a participação ativa dos adultos na aprendizagem, promovendo a troca de ideias e a construção coletiva do conhecimento. Em consonância a isso, perfaz-se um ensino flexibilizado e de inovações, principalmente se for considerar os aspectos tecnológicos, os quais promovem oportunidades educacionais cruciais no mercado de trabalho e no espaço social (Cassol; Pereira; Amorim, 2020).

Para compreendermos o papel da alfabetização, é crucial sabermos o conceito da mesma. A alfabetização é o processo fundamental pelo qual os indivíduos desenvolvem habilidades de leitura, escrita e compreensão para se expressar de acordo com as convenções do sistema de escrita. Envolve a capacidade de decodificar símbolos e códigos escritos, proporcionando a aprendizagem do sistema alfabético e ortográfico (Soares, 2004). Além disso, é também um meio crucial para a autonomia intelectual, o pensamento crítico e o empoderamento pessoal, permitindo que os indivíduos participem ativamente do mundo ao seu redor e contribuam para o seu desenvolvimento, complementando o conceito de letramento.

O letramento vai além da capacidade de ler e escrever, abrangendo o domínio das práticas sociais, culturais e discursivas que envolvem o uso da linguagem escrita em diferentes contextos. Enquanto a alfabetização se concentra nas habilidades básicas de

decodificação do sistema convencional da escrita, o letramento engloba a compreensão e a aplicação dessas habilidades em situações do cotidiano, como a interpretação de textos, a análise crítica de informações, produção de textos e dentre outras demandas sociais de leitura (Soares, 2004). Assim, o letramento é essencial para a participação efetiva na sociedade contemporânea, inclusive no contexto digital, proporcionando aos indivíduos as ferramentas necessárias para navegar em um mundo cada vez mais permeado pela comunicação, tecnologia e escrita. Embora tenham conceitos que se diferenciam, alfabetização e letramento caminham juntos, sendo indissociáveis e interdependentes, para que o processo de aprendizagem ocorra de forma significativa.

O analfabetismo, caracterizado pela incapacidade de ler e escrever com competência, é um fenômeno multifacetado que pode ser classificado em diversos níveis e tipos. Dentre essas categorias, destaca-se um novo tipo, denominado analfabetismo digital, que se refere à falta de habilidades necessárias para usar efetivamente as tecnologias digitais e a internet (Coqueijo, 2014). Isso inclui a incapacidade de acessar, compreender, avaliar e criar conteúdo digital, bem como de utilizar ferramentas e recursos online de forma segura e responsável.

O analfabetismo tecnológico refere-se a uma incapacidade em “ler” o mundo digital e mexer com a tecnologia moderna. As relações de comunicação no mundo contemporâneo são complexas e imprescindíveis o uso das tecnologias na educação como recursos de ensino e é uma das responsáveis pela formação de cidadãos capazes de interagir de maneira crítica e reflexiva com a tecnologia que está cada vez mais presente no cotidiano dos mesmos (Coqueijo, 2014, p. 22-23).

O analfabetismo digital ou tecnológico, pode se manifestar de diversas formas, desde a dificuldade em utilizar computadores e dispositivos móveis até a falta de compreensão sobre questões como segurança online, privacidade de dados, verificação de fontes e discernimento entre informações confiáveis e falsas na internet. Em um mundo cada vez mais digitalizado, o analfabetismo digital pode excluir indivíduos de oportunidades educacionais, econômicas e sociais.

A educação de jovens e adultos no Brasil tem avançado, mas ainda existem desafios a serem superados como o analfabetismo, o qual pode incluir diversos aspectos como a desigualdade, falta de infraestrutura, desafios sociais, culturais e entre outros. Dessa forma, ainda que tenha resoluções, leis como a LDBEN nº 9.394/96, Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), o analfabetismo ainda se torna um grande mal, especialmente o analfabetismo digital.

Há várias razões para o analfabetismo digital no Brasil. A falta de educação formal e treinamento em tecnologia digital também contribuem para esse problema. A rápida evolução tecnológica e a falta de familiaridade com dispositivos e aplicativos podem deixar professores e alunos desmotivados e perdidos, o que aconteceu em 2020, no cenário pandêmico, uma vez que evidenciou o quanto a educação brasileira ainda precisava evoluir e os impactos educacionais ocasionados pela mesma (Souza et al., 2021).

Para superar o analfabetismo digital, é fundamental adotar estratégias que sejam acessíveis, inclusivas e eficazes. Uma delas seria política ou programas de alfabetização digital ou o acesso às tecnologias e garantir a inclusão digital para todos. Dessa forma, se faz necessária inovações educacionais e curriculares, bem como profissionais qualificados para que o ensino seja eficaz, especialmente em tempos tecnológicos.

Por isso, a atuação de um educador é fundamental na dinâmica em que se estabelece uma educação de qualidade na era tecnológica. Vale considerar que os alunos da modalidade EJA são munidos de uma rotina de trabalho e que procuram a escola na esperança de melhorias para sua vida pessoal e profissional. Assim, as tecnologias por fazer parte da realidade no universo do mercado de trabalho aumentando ainda mais a competitividade social, indica a necessidade de atualização, de domínio digital, e aquele que se sobressai está um passo à frente pela garantia da condição e espaço contemporâneo (Cassol; Pereira; Amorim, 2020, p. 64).

É indispensável o domínio digital tanto dos educadores como dos educandos, desenvolvendo a criticidade, curiosidade e autonomia, fazendo jus aos seus sentimentos esperançosos de um ensino de qualidade para uma construção integral, enriquecendo sua visão de mundo e seus conhecimentos. Desse modo, é crucial que as escolas tenham como responsabilidade o desafio de integração dos alunos ao processo digital, partindo principalmente da realidade deles.

3.2 Normas e resoluções para uma nova perspectiva de aprendizagem digital na EJA

As novas tecnologias contemporâneas exigem ações e reelaboração do currículo da EJA para enfrentar os desafios impostos pelos novos conhecimentos. As mudanças históricas evidenciam a necessidade de uma atenção especial ao processo educacional de jovens e adultos, que são profundamente impactados pelas relações cotidianas e, especialmente, pelo mercado de trabalho. Isso significa que a formação cidadã, essencial para a participação ativa na sociedade, depende das práticas educativas específicas da EJA, que devem proporcionar ferramentas para a superação da condição de exclusão (Cassol; Pereira; Amorim, 2020).

É evidente a necessidade de uma formação com novas configurações a serem integradas ao currículo da EJA, com o objetivo de aproximar esses alunos cada vez mais dos espaços sociais e profissionais. Nesse contexto, a educação tecnológica, tão exigida pela cultura contemporânea torna-se uma ferramenta crucial de inclusão e uma competência fundamental para o desenvolvimento dos educandos. Esse processo de emancipação deve ser assumido pela escola, visando atender às demandas atuais e integrar essa parcela da população aos novos horizontes da inovação no campo do conhecimento (Cassol; Pereira; Amorim, 2020). Nessa perspectiva, para a integração das tecnologias no ambiente, é necessário normas e resoluções que aprimorem os currículos dessa modalidade de ensino.

Os currículos dos cursos da EJA, independentemente do segmento e da forma de oferta, devem assegurar, na sua parte relativa à formação geral básica, os direitos e objetivos, de aprendizagem expressos em competências e habilidades, conforme a Política Nacional de Alfabetização (PNA) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A ênfase deve ser no desenvolvimento dos componentes essenciais para o ensino da leitura e da escrita, bem como nas competências gerais e nas competências/habilidades relacionadas à Língua Portuguesa, Matemática e Inclusão Digital (Brasil, 2021).

De acordo com a BNCC, uma das competências gerais da educação básica, visa compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de maneira crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, é essencial para a comunicação eficaz, o acesso e a disseminação de informações, a produção de conhecimento, a resolução de problemas e o exercício do protagonismo e da autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, 2018). Dessa forma, a educação passa a ser aprimorada, promovendo novos horizontes, incluindo para a modalidade EJA. Com isso, os espaços escolares passam a ter a oportunidade de incluir a realidade da cultura digital e tecnológica no processo de ensino aprendizagem, o tornando mais significativo para os alunos.

A cultura digital tem promovido mudanças sociais significativas nas sociedades atuais. Com o avanço e a multiplicação das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC – e o crescente acesso a elas devido à maior disponibilidade de dispositivos digitais, os estudantes estão imersos nessa cultura de maneira dinâmica, não apenas como consumidores. É crucial que a instituição escolar mantenha seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada, contribuindo para o desenvolvimento de uma atitude crítica nos estudantes em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais, educando para o uso mais democrático e a participação mais consciente na cultura digital. Ao aproveitar o

potencial comunicativo desse universo, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes (Brasil, 2018).

Com a crescente imersão das tecnologias na sociedade e no cotidiano das pessoas, se torna crucial resoluções educacionais que promovam o conhecimento e aprimoramento dessas ferramentas, mais precisamente as digitais, para que a educação progrida conforme as necessidades primordiais da população, tendo em vista a cultura digital ter garantido um patamar de possibilidades e desenvolvimento social e financeiro. Com isso, a escola precisa seguir métodos essenciais para construir esse conhecimento de forma significativa e positiva, seguindo algumas formas como:

O diálogo crítico com os meios; o reconhecimento das possibilidades operacionais, isto é, os alunos devem aprender um pouco como se produzem as linguagens da mídia; a melhoria na infra-estrutura tecnológica da própria escola. Problema cuja resolução, depende, basicamente, das políticas oficiais (Citelli, 2000, p. 36).

Nas últimas décadas, o conceito de alfabetização evoluiu significativamente. Anteriormente, ser considerado alfabetizado significava apenas dominar o código escrito. Hoje, porém, espera-se que as pessoas também consigam se comunicar eficazmente por meio da escrita. A alfabetização, portanto, passou por uma expansão conceitual, incorporando novas demandas que tornaram este campo pedagógico mais complexo. Além disso, os usos da linguagem escrita mudaram dentro das instituições sociais, influenciados pelas inovações tecnológicas que suportam esses usos. Isso atualiza constantemente os conhecimentos necessários para que todos possam utilizar a escrita ao longo da vida (Unesco, 2008, p. 64).

O MEC corrobora na perspectiva de aprendizagem digital, pois além de apresentar teorias, ele apresenta fatos e programas de como as tecnologias, utilizadas de forma pedagógica e apropriada, podem aprimorar o processo de ensino aprendizagem. O Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), por exemplo, é uma iniciativa do governo brasileiro destinado a promover a inovação tecnológica e a conectividade nas escolas públicas. O objetivo principal do PIEC é universalizar o uso de tecnologias digitais e o acesso à internet no processo de ensino e aprendizagem, visando melhorar a qualidade da educação, por meio de estímulos pedagógicos tecnológicos, e preparar os estudantes para os desafios da sociedade (Brasil, 2023).

Ao se tratar de uma nova perspectiva de aprendizagem digital na EJA, as diretrizes dessa modalidade, de acordo com a Resolução N° 01/2021 de 25 de maio de 2021, o primeiro

ponto do 8º artigo condiz com uma educação e aprendizagem digital para pessoas com transtornos.

I – atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos funcionais específicos e transtorno do espectro autista na modalidade da EJA, de acordo com suas singularidades, a partir da acessibilidade curricular promovida com utilização de metodologias e técnicas específicas, oferta de tecnologias assistivas conforme as necessidades dos estudantes, apoiados por profissionais qualificados (Brasil, 2021, p. 3-4).

Além da integração de tecnologias impregnadas para aulas presenciais, as diretrizes preconizam no Art. 4º, a implementação de tecnologias para a modalidade Educação a Distância (EAD) da EJA, reforçando com mais ênfase a indispensável função do meio tecnológico no espaço educacional: “Disponibilização de infraestrutura tecnológica como polo de apoio pedagógico às atividades dos estudantes, garantindo seu acesso à biblioteca, rádio, televisão e internet aberta às possibilidades da chamada convergência digital” (Brasil, 2021, p. 2).

Embora as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) não são sinônimos de educação escolar de qualidade, acredita-se que todos os recursos disponíveis podem ser utilizados para promover a formação humana, ultrapassando a mera utilização de ferramentas tecnológicas como resposta às demandas sociais ou do mercado de trabalho. Assim, entende-se que quando professores e alunos trabalham em conjunto, ocorre a construção de conhecimentos que beneficiam não apenas a comunidade escolar local, mas toda a sociedade na qual estão inseridos, capacitando-os a serem agentes de mudança (Vilaça; Araújo, 2016).

4. METODOLOGIA

A metodologia é um conceito abrangente que se refere aos métodos, técnicas e procedimentos usados para desenvolver uma pesquisa, realizar uma tarefa ou atingir um objetivo específico de forma sistemática e organizada. Desse modo, a metodologia desempenha um papel fundamental na pesquisa, na resolução de problemas e em projetos diversos, ajudando a garantir que o trabalho seja realizado de maneira estruturada, eficiente e confiável, de acordo com padrões aceitos em uma determinada área de conhecimento.

Dentro dessa vertente, é crucial distinguir a diferença entre método e metodologias, as quais compõem um trabalho científico. Para Gerhardt e Silveira (2009, p.13):

É importante salientar a diferença entre metodologias e métodos. A metodologia se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa; portanto, não deve ser confundida com o conteúdo (teoria) nem com os procedimentos (métodos e técnicas). Dessa forma, a metodologia vai além da descrição dos procedimentos (métodos e técnicas a serem utilizados na pesquisa), indicando a escolha teórica realizada pelo pesquisador para abordar o objeto de estudo.

Embora tenham significados distintos, elas são inseparáveis, justamente por teoria e método andarem em uma via de mão dupla, até porque sem teoria não há ação, não há método e vice-versa. Definir a metodologia de forma adequada é de extrema importância em diversos contextos, um deles é assegurar o processo de coleta, análise e interpretação de dados, para que seja conduzido de maneira sistemática, organizada e trazendo à luz passo a passo da sua pesquisa e objeto de estudo.

O trabalho tem como finalidade uma pesquisa básica ou fundamental. “Há autores que incluem, neste tipo, as pesquisas acadêmicas, aquelas realizadas na instituição de ensino superior como parte das atividades de ensino-aprendizagem, tal como os trabalhos de conclusão de curso” (Fontelles et al., 2009, p. 6).

Essa pesquisa se qualifica como pesquisa qualitativa que “é o tipo de pesquisa apropriada para quem busca o entendimento de fenômenos complexos específicos, em profundidade, de natureza social e cultural, mediante descrições, interpretações e comparações[...]” (Fontelles et al., 2009, p. 6). Para a coleta de dados e análise, foi utilizado um questionário que “é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença de pesquisador” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 69). Esse questionário será direcionado aos professores da escola, do ano de 2023.

Para a coleta de dados com os alunos, foi utilizada uma entrevista semiestruturada, na qual “o pesquisador organiza um conjunto de questões (roteiro) sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre os assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 72).

A pesquisa se configura como descritiva, justamente por ampliar análises documentais, tal como será trabalhado na pesquisa. A pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever as características, propriedades, comportamentos e relações entre variáveis em uma situação ou fenômeno específico, sem a intenção de estabelecer uma relação de causa ou efeito (Fontelles et al., 2009).

Os procedimentos técnicos realizados nesse trabalho, foram a pesquisa documental e pesquisa de campo. A pesquisa documental foi realizada através da análise do Projeto Político Pedagógico – PPP – da escola. Desse modo, esse procedimento se concentra na coleta, análise e interpretação de documentos escritos, registros, textos, materiais impressos e qualquer forma de registro escrito ou digital disponível. Os documentos são classificados em fontes primárias e secundárias.

No primeiro caso, são as fontes cuja origem remonta à época que se está pesquisando, ainda não analisadas e que, frequentemente, foram produzidas pelas próprias pessoas estudadas, tais como correspondências, diários, textos literários e outros documentos mantidos em órgãos públicos e instituições privadas de qualquer natureza; no segundo, correspondem às fontes cujos trabalhos escritos se baseiam na fonte primária, e tem como característica o fato de não produzir informações originais, mas, apenas, uma análise, ampliação e comparação das informações contidas na fonte original (Fontelles et al., 2009, p. 7).

Para que a pesquisa pudesse se concretizar de uma forma significativa, além do uso de um documento institucional, foi realizada a pesquisa de campo. “Uma pesquisa de campo procura coletar dados que lhe permitam responder aos problemas relacionados a grupos, comunidades ou instituições, com o objetivo de compreender os mais diferentes aspectos e uma determinada realidade[...]” (Fontelles et al., 2009, p. 7).

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal, onde atuei como professora no ano de 2023, localizada na cidade de São João do Rio do Peixe – PB –. O instrumento para a coleta de dados foi um questionário estruturado com as professoras, e uma entrevista semiestruturada com os alunos.

Os participantes incluem professores e alunos de duas salas específicas do ciclo I (1º, 2º e 3º ano) e ciclo II (4º e 5º ano) da EJA. Tomamos como critério de escolha dos professores, o fato destes terem atuado nessa modalidade de ensino no ano de 2023. Com

relação aos alunos o critério de escolha foi a matrícula no ano de 2023, independentemente da idade, ou os que queiram participar. Com relação aos ciclos, eles foram escolhidos por serem os quais tenho contato e os quais funcionam na escola. Cada ciclo corresponde a uma etapa do EJA, isso se traduz em os ciclos 1 e 2 corresponderem ao ensino fundamental anos iniciais, de modo que podem ser lecionados em uma única turma, única sala.

5. ANÁLISE E REFLEXÕES A PARTIR DAS VIVÊNCIAS EM EJA

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, sendo realizada em uma escola municipal, localizada em São João do Rio do Peixe, por meio de um estudo de campo, utilizando dois instrumentos para a coleta de dados, um questionário, uma entrevista semiestruturada, e a análise do PPP. A princípio, para a aplicação do questionário e da entrevista, foram pensados em duas professoras e nos alunos matriculados no ano de 2023, preferencialmente 10 alunos de cada turma.

A coleta dos dados ocorreu primeiramente com as professoras, no turno da noite, sendo enviados via Whatsapp, afim de se sentirem mais confortáveis para responder, tendo em vista estarem em horário de aula no momento. Com os alunos, ocorreu alguns obstáculos, pois a realidade da escola não condizia com a pesquisa, pois segundo as professoras, era uma raridade encontra-los ou eles irem para a escola, restando turmas com apenas 2 ou nenhum aluno. Com isso, somou-se duas semanas de coleta para a realização da entrevista, utilizando o celular para gravar as respostas, sendo sete alunos de uma professora e cinco alunos da outra. Vale ressaltar que os alunos entrevistados neste ano de 2024, estavam todos matriculados ano passado, 2023.

A obtenção do PPP da referida escola, foi rápida e simples, e aconteceu no mesmo período da aplicação do questionário, porém, pela tarde. A diretora foi bastante receptiva e carismática, enviando assim, o documento via Whatsapp, facilitando e tornando mais prático o processo da análise, afim de saber o que é proposto sobre tecnologias digitais, para os alunos da EJA.

Passamos a analisar as informações obtidas com o questionário aplicado aos professores. Os dados iniciais obtidos foram: formação em pedagogia, são professoras com o tempo de atuação de 3 anos, e lecionam na EJA nos ciclos I e II. A primeira pergunta foi: “Como você definiria o nível de alfabetização e letramento dos seus alunos?”. A resposta das professoras foram: Rosa respondeu que os seus alunos ainda não sabem ler, que conhecem apenas algumas letras do alfabeto e raramente conseguem assinar seus nomes. Muitos deles possuem e conhecem as quatro operações básicas da matemática. Já Lótus afirma que seus alunos possuem poucas habilidades para ler e escrever. Isso se configura em um semelhante perfil de aluno da EJA, com poucas ou nenhuma habilidade de alfabetização e letramento, o qual, por inúmeros motivos, não conseguiu concluir a educação básica no período convencional, e volta em busca de alcançar seus objetivos.

Esses educandos apresentam tempos de vida e objetivos diferentes: desejo de ter conhecimento básico de leitura, escrita e cálculo para a realização pessoal, pela necessidade de ler a palavra e ler o mundo, para obter certificação e lograr melhorias nas condições de trabalho para aprovação em concursos públicos ou mesmo para terem registro na carteira de trabalho (Alves; Silva; Rezi, 2020, p. 76).

Desse modo, o professor pode propiciar um ambiente acolhedor, que encoraja esses alunos a permanecerem no curso, afim de que eles possam vencer suas lutas diárias, conquistar seus alvos e superar os obstáculos da aprendizagem escolar. A segunda indagação do questionário foi: “Você já ouviu falar em analfabetismo digital? O que você entende por esse termo?”. Rosa afirma que conhece o termo, e entende que o analfabetismo digital se refere à dificuldade ou incapacidade de uma pessoa em usar as tecnologias digitais e a internet de modo eficaz. Incluindo não somente a falta de habilidades para operar dispositivos como computadores, tablets e smartphones, mas também a incapacidade de compreender e utilizar ferramentas online, como aplicativos, redes sociais e softwares.

Enquanto Lótus afirma que é quando você não sabe dominar conteúdo da informática como, por exemplo, navegar na internet, editar textos e entre outros. Desse modo, as duas educadoras compreendem o termo de forma semelhante, porém a primeira apresenta certo domínio no assunto, respondendo de modo mais claro a pergunta exposta. Para Coqueijo (2014, p. 22 – 23):

O analfabetismo tecnológico refere-se a uma incapacidade em “ler” o mundo digital e mexer com a tecnologia moderna. As relações de comunicação no mundo contemporâneo são complexas e imprescindíveis o uso das tecnologias na educação como recursos de ensino e é uma das responsáveis pela formação de cidadãos capazes de interagir de maneira crítica e reflexiva com a tecnologia que está cada vez mais presente no cotidiano dos mesmos.

Assim como as professoras responderam, o analfabetismo digital se refere à falta ou dificuldade em ler o mundo tecnológico. Com base nisso, dando continuidade ao questionário, achamos necessário saber o nível de conhecimento digital do professor. A pergunta foi: “Você já possui habilidades ou conhecimento prévio sobre o uso de tecnologias digitais? Se sim, quais são?”. Passamos a apresentar as respostas. Rosa responde que utiliza o notebook, celular e aplicativos, logo suas habilidades se resumem somente a esses equipamentos e programas. Lótus afirma que sabe muito pouco e que utiliza só o básico, não apresentando quais tecnologias ela utiliza.

Neste ínterim, foi realizado outra indagação relacionada ao mesmo assunto: “Quais recursos digitais você mais utiliza em suas aulas?” Rosa afirma que utiliza aplicativos e notebook. Lótus respondeu que utiliza o celular e o notebook. Compreende-se que as tecnologias digitais não são de total familiaridade para as educadoras. Todavia, elas possuem acesso ao meio tecnológico, podendo se beneficiar dele ainda que com limitações. Sabemos que embora não devemos nos tornar reféns das tecnologias, é imprescindível obter conhecimento digital, elevando as suas habilidades diante essa era tecnológica (Cassol; Pereira; Amorim, 2020).

A próxima questão está relacionada ao ambiente e equipamentos disponíveis na escola. Desse modo a pergunta foi: “A sua escola possui ambiente e equipamentos de informática para os alunos terem acesso às novas tecnologias?”. As professoras afirmaram que a escola não possui. Com isso, ao que se percebe, existe uma grande lacuna quanto às novas tecnologias no próprio espaço escolar, tornando escasso o acesso ao mundo digital, impossibilitando uma ponte entre o ensino e a realidade da sociedade.

No que tange a capacitação dos educadores da EJA quanto ao uso das tecnologias, foi realizada a seguinte pergunta: “Com relação a capacitação, você acha que deveria ter esses momentos para os professores. Ou só as suas habilidades já conseguem suprir as necessidades?”. Rosa, em sua resposta, contextualizou-a, demonstrando domínio sobre o assunto e relatando a realidade da EJA:

A EJA atende a um público diverso, com diferentes experiências e ritmos de aprendizado. Capacitar os professores em metodologias adequadas ajuda a criar aulas mais inclusivas e eficazes, que atendam às necessidades dos alunos. Professores capacitados entendem melhor o contexto dos alunos, reconhecendo suas histórias de vida e experiências. Isso contribui para um ambiente mais acolhedor e respeitoso, aumentando a motivação dos estudantes. A capacitação permite que os educadores desenvolvam habilidades em áreas como alfabetização, uso de tecnologias digitais e práticas de ensino inovadoras, essenciais para engajar alunos que podem ter tido experiências negativas com a educação formal no passado.

Lótus, de forma mais simples, afirma que deveria ter momentos exclusivos de capacitação nessa área, pois ainda é muito vaga. A busca pela qualidade da educação, em um contexto de constantes mudanças, exige inovações no ambiente da sala de aula. O foco é consolidar e promover o desenvolvimento humano a partir de uma perspectiva crítica, criativa e participativa. Esse avanço só será alcançado por meio de estratégias pedagógicas que fortaleçam e capacite a formação cidadã, levando em conta a diversidade presente na sociedade em cada momento (Cassol; Pereira; Amorim 2020).

Para saber a percepção do professor acerca da familiaridade dos alunos com as novas tecnologias, foram realizadas duas perguntas. A primeira: “Como você percebe o nível de familiaridade dos seus alunos com as tecnologias?”. As respostas foram: Rosa afirma que todos os seus alunos utilizam o celular e possuem redes sociais. Lótus afirma que o nível de familiaridade é mais ou menos. A segunda pergunta é: “Seus alunos enfrentam obstáculos em relação ao uso dessas tecnologias? Se sim, que estratégias você considera mais eficazes para ajudar os alunos a aprimorarem habilidades digitais, contribuindo na superação do analfabetismo digital?”.

Rosa responde que muitos de seus alunos gravam áudio por não saberem ler. Para a entrevistada, alfabetiza-los é o mais próximo que ela pode chegar para superar o analfabetismo digital. Lótus afirma que seus alunos enfrentam obstáculos e o modo como pode ajuda-los, é os auxiliando quando forem realizar pesquisas, ou usar o teclado para digitar, ou enviar um e-mail. Em meio às respostas, é perceptível que um dos enfrentamentos dos alunos está relacionado a alfabetização de leitura e escrita, sendo assim, há uma necessidade de alfabetiza-los, afim de que possam adquirir diversas habilidades. Ao incluir o uso das novas tecnologias no processo, o ensino pode se tornar mais atraente, permitindo uma ampla alfabetização, podendo assim superar as dificuldades e o analfabetismo digital.

Ensinar e aprender estão sendo desafiados como nunca antes. Há informações demais, múltiplas fontes, visões diferentes de mundo. Educar hoje é mais complexo, porque a sociedade também é mais complexa. As tecnologias começam a estar um pouco mais ao alcance do estudante e do professor. Precisamos repensar todo o processo, reaprender a ensinar, utilizando essa fantástica evolução tecnológica, lembrando sempre que a escola é a principal organizadora e certificadora do processo de ensino – aprendizagem (Coqueijo, 2014, p. 13).

A presença das tecnologias torna o ensino mais complexo, mas não inalcançável. Educar utilizando o meio digital, pode incentivar tanto o professor como o aluno, pois facilita o processo de ensino e aprendizagem, o tornando mais prazeroso e interessante. Com isso, foi realizada a última pergunta às professoras: “Em sua opinião, a integração das tecnologias ao ensino da EJA pode contribuir para oportunidades educacionais? Se sim, quais?”. Rosa expõe de forma contextualizada que:

Com o uso de plataformas digitais, é possível adaptar o ensino às necessidades individuais de cada aluno. Isso permite que eles aprendam em seu próprio ritmo, revisitando conteúdos conforme necessário. Ferramentas como quizzes online, fóruns de discussão e jogos educativos promovem uma participação ativa dos alunos, tornando as aulas mais engajantes e motivadoras. YouTube: Oferece uma vasta gama de vídeos educativos que podem complementar o conteúdo das aulas.

Podcasts: Podcasts educativos podem ser uma excelente forma de transmitir informações e histórias de maneira envolvente. Outra tecnologia que foi muito utilizada na pandemia foi, Google Classroom: Facilita a organização de aulas, distribuição de tarefas e feedback para os alunos. Essas tecnologias não só tornam as aulas mais interativas e envolventes, mas também ajudam a atender as diferentes necessidades dos alunos da EJA.

Lótus afirma que acredita que com as tecnologias os alunos podem ter mais conhecimento, mais autonomia, podendo tornar o processo de aprendizagem mais divertido e prazeroso. A partir disso, conclui-se que as professoras possuem visões semelhantes com relação ao uso das tecnologias digitais no espaço escolar, tendo em vista que entendem que o processo de obtenção de conhecimento pode ser positivo ou eficaz quanto a utilização desses meios. Ademais, para exemplificar as oportunidades educacionais que as tecnologias podem proporcionar, Rosa menciona modelos de plataformas digitais, utilizados desde o período pandêmico até os dias atuais, reestruturando e ressignificando os métodos de ensino, desenvolvendo e aprimorando habilidades, sendo capaz de atender os respectivos objetivos e sonhos dos alunos. Com base nas respostas obtidas neste questionário, foi possível responder o seguinte objetivo: Descrever a percepção do professor acerca do analfabetismo digital na EJA.

Passamos agora a analisar as informações alcançadas no questionário realizado com os alunos da EJA. Os dados iniciais obtidos foram: Os alunos entrevistados tinham entre 19 e 69 anos de idade, e estavam matriculados nos ciclos I e II. A primeira pergunta foi: “Porque você se matriculou para a modalidade EJA? Tem algum motivo específico, um sonho ou um objetivo?”. Praticamente todos os alunos responderam que se matricularam para aprender mais, realizando o sonho de ler e escrever. Algumas respostas se destacaram por serem mais contextualizadas, como a de Orquídea (57 anos): “Porque eu gosto muito de estudar e principalmente o horário, e também estudo para não esquecer, para evoluir mais na aprendizagem, eu gosto, as vezes a pessoa vai passando o tempo e esquece até umas letras e estudando tá reforçando”. Já para Girassol (65 anos):

Assim, porque no meu tempo eu mal pude estudar sabe, eu estudei pouco, aprendi, mas não foi tanto, aí eu “tô” vindo para aprender mais uma coisinha, conta sabe, porque eu não era muito boa em conta, aí agora estou aprendendo a fazer umas continhas, nunca é tarde para o “caba” estudar e aprender alguma coisa, e naquele tempo era difícil, por isso. E estudando é bom porque ocupa a mente, porque a gente em casa é muito preocupado com muita coisa pra resolver e na escola nós só vamos fazer o que está aqui.

As respostas reforçam sonhos que foram interrompidos durante a infância e adolescência. Ao voltarem para a escola, demonstram um quadro de analfabetismo, visto não terem dado continuidade à educação básica na idade convencional. Ainda que possam enfrentar algumas barreiras durante o processo de alfabetização, esses alunos não perderam as esperanças e a vontade de aprenderem, de concretizar seus objetivos, de construir conhecimento, até porque nunca é tarde para aprender, estamos sempre em constante evolução.

Para saber a familiaridade dos alunos com as ferramentas tecnológicas, foram realizadas duas perguntas. A primeira: “Você tem experiência ou acesso às tecnologias digitais? Se sim, com quais?”. A maioria dos alunos respondeu que tem acesso ao celular, porém em um nível limitado de conhecimento. Somente três alunos responderam que não possuem nenhuma experiência ou acesso a essas tecnologias. A próxima pergunta baseada neste assunto é a seguinte: “Você enfrenta dificuldade em utilizar essas tecnologias? Se sim, quais são essas dificuldades? Acha que elas te limitam de praticar algo?”.

Obtivemos as seguintes respostas: Sete alunos responderam que não tem dificuldades na utilização, se mostrando satisfeitos com seu conhecimento midiático no cotidiano. Cinco responderam que enfrentam muitas dificuldades, os limitando de utilizarem alguns aplicativos no celular. Como por exemplo, para Lírio (45 anos), não saber ler e escrever a limita de manusear um smartphone. Considerando as respostas obtidas, é notória a presença das tecnologias no cotidiano da maioria dos alunos. “No entanto não se deve desprezar que a comunicação digital ainda não é uma prática universal e, portanto, ainda há usuários da cidade desconectados desta rede” (Vilaça; Araújo, 2016, p. 32). Isso reflete na falta de acesso e nas experiências limitadas de alguns alunos, causadas por fatores econômicos ou falta de oportunidades.

A pergunta seguinte está relacionada com a parte pedagógica tecnológica da escola. Dessa forma, a questão é: “Sua escola disponibiliza espaços e equipamentos para seu acesso às novas tecnologias digitais?”. Um aluno respondeu que sim, e dois disseram que achavam que sim. Com base nessa pergunta, Tulipa (26 anos) acrescentou em sua resposta que a escola deveria disponibilizar internet de qualidade, para que possam adquirir mais conhecimento e habilidades. Tratando ainda da parte pedagógica, foi realizada a seguinte indagação: “Que tipo de recursos ou apoio dos professores você gostaria de receber em relação ao uso das tecnologias na sua educação?”.

Cinquenta por cento (50%) dos entrevistados responderam que gostariam de salas de informática, computadores, tablets e internet de qualidade, diversificando as aulas e as tornando mais atrativas. Os exemplos dados pelos alunos, possibilitaria novas oportunidades de construir conhecimentos, caminhando para uma comunicação digital universal. Desse modo, Vilaça; Araújo (2016, p. 228) destacam o seguinte sobre o computador:

Em outras palavras, o computador além de ser um instrumento que auxilia o aprendizado em sala de aula, também possibilita que o estudante se insira de forma mais plena dentro de uma sociedade globalizada e hipermediática, o que resulta não apenas na ampliação da sua inclusão digital, mas no desenvolvimento de novos letramentos que contribuem para a cidadania.

Cinquenta por cento (50%) dos alunos que foram consultados, responderam que entende o ensino satisfatório da maneira como está ocorrendo, logo consideram que não precisam de outros recursos durante o processo de aprendizagem. Frequentemente, esses alunos podem partir dessa ideia, haja vista não terem tido oportunidade de experimentar sua aplicação plena na prática. Isso reflete até mesmo no nível de conhecimento quanto ao espaço e equipamentos das tecnologias na escola. No entanto, essas ferramentas possuem potencial para facilitar processos cotidianos e contribuir significativamente para o aprimoramento do ensino e da aprendizagem.

A última pergunta do questionário para os alunos foi: “Você tem alguma observação final ou sugestão que gostaria de compartilhar sobre o uso das tecnologias na EJA? Se sim, quais são elas?”. Somente duas alunas compartilharam sua observação final. Para Margarida (65 anos) o uso das tecnologias auxilia e incentiva no processo de aprendizagem. Já Violeta (49 anos) contextualizou sua observação final:

Que toda escola deveria ter né, aula de informática pra todos os alunos, mesmo que não tenha a sala do computador, mas que todo mundo tivesse seu celular pra incentivar, que o povo “morre” de dizer que celular é ruim pra criança, mas não é não, é porque as mães não olham o que os filhos estão fazendo e digitando lá, aí se as mães tivessem o conhecimento e as crianças tivessem o conhecimento de uma coisa boa, celular é muito bom, mas tem que saber usar e saber pesquisar.

A resposta evidencia de forma clara, a necessidade de desenvolver habilidades tecnológicas e a disponibilização de equipamentos adequados, os quais podem ser adquiridos ou trabalhados pedagogicamente no espaço escolar, desde que estejam presentes as ferramentas essenciais. Neste aspecto, de acordo com a aluna entrevistada, se houvessem mais conhecimentos dos indivíduos para como usar o celular para fins positivos e educativos, ele

poderia ser uma ótima ferramenta de aprendizado, contribuindo para uma sociedade mais conectada, atendida e informada de forma segura e apropriada. Sendo assim, compreendemos ser importante a formação contínua para o uso de novos métodos de ensino que atendam as necessidades digitais da sociedade, principalmente do aluno da EJA.

Pensar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) implica refletir sobre estudos e práticas que sustentam de maneira efetiva as mudanças ocorridas no âmbito do reconhecimento de todos os indivíduos que buscam a escola na expectativa de formação e oportunidade de inserção no espaço social. Nesta perspectiva, faz – se necessário tencionar discussões acerca das condições existentes de acesso dos sujeitos jovens e adultos ao conhecimento das tecnologias, percebendo, nesse espaço de conectividade, lugar propício ao conhecimento e expectativas pessoais e sociais, como também maior mobilidade no campo de trabalho (Cassol; Pereira; Amorim, 2020, p. 55 – 56).

As tecnologias podem proporcionar novos horizontes para aqueles que a utilizam. Assim, após as respostas alcançadas por meio do questionário com os alunos em junção com o dos professores, foi possível responder dois objetivos específicos: Apontar os desafios do analfabetismo digital para os alunos da EJA; perceber a contribuição para as oportunidades abrangentes a partir da utilização das tecnologias digitais.

Passamos agora a analisar as informações alcançadas sobre as tecnologias digitais na EJA, contidas no Projeto Político Pedagógico – PPP – da escola. Foi encontrado dois objetivos específicos que retratam a temática estudada: “Compreender e fazer uso de tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa e reflexiva, para se comunicar e disseminar informações, construindo conhecimentos, com o intuito de exercer protagonismo na vida pessoal e coletiva”. O próximo é: “Criar oportunidades que favoreçam perspectivas de trabalho para os jovens e adultos, buscando prepara-los para a reinserção do trabalhador no mercado de trabalho”. Ao observar os demais pontos contidos no documento, foi possível observar a ausência de recursos tecnológicos na escola, principalmente a utilização dessas tecnologias no cotidiano escolar. Ademais, também não foi citado projetos ou atividades destinadas ao aluno da EJA.

Todo esse quadro impõe à escola desafios ao cumprimento do seu papel em relação à formação das novas gerações. É importante que a instituição escolar preserve seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais. Contudo, também é imprescindível que a escola compreenda e incorpore mais as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e também de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital (Brasil, 2018, p. 61).

A formação das novas gerações necessita de novas configurações integradas ao currículo, afim de contribuir para o desenvolvimento integral do aluno. A partir disso, é cabível destacar lacunas quanto as tecnologias digitais no PPP da escola, ressaltando com mais ênfase a escassez da utilização midiática, a formação para professores e os recursos tecnológicos. Deste modo, após observar e analisar os resultados obtidos com o questionário e com o documento escolar, foi possível responder o seguinte objetivo específico: Identificar as oportunidades educacionais proporcionadas pela utilização da tecnologia na EJA.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar esta pesquisa compreendemos a relevância desta temática para o sistema educacional brasileiro atual, contribuindo para o desenvolvimento de um olhar crítico sobre a educação e as políticas públicas, incentivando discussões e propostas de melhorias para o sistema como um todo. Inserir as discussões sobre tecnologias digitais na educação, especialmente na modalidade EJA, nos permitiu explorar como as inovações tecnológicas podem contribuir significativamente no desenvolvimento escolar, proporcionando novas oportunidades de ensino e aprendizagem. No entanto, experienciamos que ainda há desafios, como a baixa familiaridade ou até mesmo ausência de habilidades e equipamentos midiáticos, resultando no analfabetismo digital, tornando evidente a necessidade de reflexões e reestruturação dos currículos da EJA.

As análises possibilitaram associar a prática com a teoria, obtendo resultados divergentes, porém, precisos e valiosos, tanto para o trabalho como para minha formação acadêmica. A partir da coleta de dados, realizada por intermédio de um questionário, entrevista semiestruturada e o documento PPP, conseguimos responder os objetivos desta pesquisa. Deste modo, foi possível perceber que ainda há uma grande falha quanto a integração das tecnologias digitais no cotidiano escolar.

Ao interrogar as professoras, percebemos a falta de capacitação para elas, falta de recursos, restando somente o seu conhecimento básico e a vontade de inovar os seus métodos. É reconhecido a escassez de investimentos tecnológicos, os quais poderiam tornar o processo de ensino e aprendizagem mais atrativos e prazerosos. Com isto, concluímos que a EJA, ainda amarga os preconceitos e a falta de políticas públicas que não a colocam no mesmo patamar do ensino regular, tanto no que se refere ao financiamento para inclusão de tecnologias digitais quanto a formação de professores para atuar nessa modalidade de ensino e com as novas tecnologias.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA – é marcada por diversos desafios, retrocessos e avanços ao longo dos anos. Os alunos em sua realidade, vem muitas vezes de contextos sociais e econômicos vulneráveis. Além disso, eles são pessoas que não tiveram acesso à educação formal na idade adequada, gerando defasagem de aprendizagem e insegurança quanto à sua própria capacidade, como por exemplo no momento dos questionários, a maioria no início, ficavam receosos em responder, pois não acreditavam no seu potencial de fala, expondo um ar de inferioridade.

Refletimos a historicidade do aluno da EJA, aquele ser marginalizado pela sociedade, especialmente por não saber ler e escrever, ainda assim, apresentam-se em diversos momentos como um aspecto positivo, o desejo de aprender, de conquistar seus objetivos por meio da educação. Neste sentido, se faz necessário reflexões contínuas acerca das metodologias utilizadas, afim de propiciar um ambiente acolhedor e sensível a essas particularidades.

As experiências e curiosidades dos alunos pela utilização das tecnologias digitais foram um tanto quanto razoáveis, a maioria não possui familiaridade ou acesso. É compreensível o ponto de vista desses alunos, pois não há como eles sentirem falta de algo que possivelmente nunca esteve presente em sua vida, ou que de acordo com seu cotidiano, nunca teve a necessidade ou obrigação de aprender. Durante a análise do PPP da escola, percebemos também a ausência de discussão acerca de espaços, incentivos e equipamentos midiáticos.

Ainda que não podemos nos tornar refêns das tecnologias, não se pode negar que as mesmas estabelecem um papel elevado de avanços na sociedade, se fazendo presente cada vez mais na realidade moderna. Dessa forma, a escola, como um espaço de ensino e aprendizagem, que promove o desenvolvimento integral do aluno, pode priorizar e alinhar as necessidades dos educandos à sua realidade e à da sociedade. Esse enfoque cria uma via de mão dupla, tornando o processo educacional mais significativo e incentivando a construção de novos conhecimentos de forma mais ampla e contextualizada.

Chegamos ao final desta pesquisa com o sentimento de gratidão e realização de mais uma etapa que se conclui. Pretendo em uma outra oportunidade, dar continuidade a esta pesquisa, intervindo a partir da elaboração de jogos e atividades lúdicas tecnológicas para serem aplicados junto aos alunos e professoras, as auxiliando em suas limitações ou dificuldades e verificando se com a experiência, os alunos se sentem mais instigados a utilizar, desenvolvendo na prática suas experiências tecnológicas. Portanto, ansiamos por uma educação de qualidade, capaz de formar cidadãos críticos, capacitados e prontos para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e da sociedade, visto que a utilização de ferramentas tecnológicas na educação contribui para aumentar o engajamento dos envolvidos, e promover uma educação mais completa e alinhada às demandas do século XXI.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. F. L. SOUZA, J. B. A. As dificuldades na educação de jovens e adultos (EJA) durante a pandemia de covid-19: adversidades do ensino remoto. **EJA em Debate** | Ano 11, n. 20, jul./dez. Santa Catarina-RS, 2022, 29p. Disponível em:

<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/3437>. Acesso em: 29 jun. 2024.

ALVES. E. V; SILVA. C. R; REZI. V. A perspectiva cidadã da Educação de Jovens e Adultos e os pressupostos freirianos. In: DANTAS. T. R; OLIVEIRA. I. A; OLIVEIRA. M. O. M; ALVES. E. V; **Paulo Freire em diálogo com a educação de jovens e adultos**. Salvador (BA); Editora EDUFBA, 2020. 212p. Disponível em:

https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33054/3/paulo_freire_em_di%C3%A1logo_com_a%20educa%C3%A7%C3%A3o_de_jovens_e_adultos_repositorio.pdf. Acesso em: 28 jun. 2024.

ARANHA. M. L. A. **História da Educação e da Pedagogia**. Ed. Moderna. São Paulo, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta Curricular para a educação de jovens e adultos**: segundo segmento do ensino fundamental. 5ª a 8ª série: introdução / Secretaria de Educação Fundamental, 2002. 148 p.; il.: v. 1. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja_livro_01.pdf. Acesso em: 28 jun. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**. 9394/1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Inovação Educação Conectada – PIEC**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/eb/piec> . Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 01/2021 de 25 de maio de 2021**. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acao_informacao/pdf/DiretrizesEJA.pdf . Acesso em: 02 jul. 2024.

BUZIOLI. J. R. S; TASSONI. E. C. M. Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos: sentidos atribuídos pelos alunos para a permanência na EJA. **Inter-Ação**, Goiânia, v.46, n. ed. especial, p. 1068-1085, set. 2021, 18p. Disponível em:

<https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/68193/37254>. Acesso em: 18 set. 2024.

CASSOL. A. P; PEREIRA. J. S; AMORIM. A. Educação de Jovens e Adultos e as tecnologias: contribuições freirianas numa perspectiva de mudança. In: DANTAS. T. R; OLIVEIRA. I. A; OLIVEIRA. M. O. M; ALVES. E. V. **Paulo Freire em diálogo com a educação de jovens e adultos**. Salvador (BA); Editora EDUFBA, 2020. 212p. Disponível em:

https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33054/3/paulo_freire_em_di%C3%A1logo_com_a%20educa%C3%A7%C3%A3o_de_jovens_e_adultos_repositorio.pdf. Acesso em: 18 set. 2024.

CHAGAS, V. R. S. CONEDU VII Congresso Nacional de Educação. In: CONEDU VII Congresso Nacional de Educação, 2020. A EJA NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE SEU HISTÓRICO. **Anais do CONEDU VII Congresso Nacional de Educação**. Educação como (re)Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos, Maceió-AL, 12p, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67596>. Acesso em: 19 set. 2024.

CITELLI, A. O. Meios de comunicações e práticas escolares. **Comunicação & Educação**, n. 17, p.31-36, jan/abr. 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36894>. Acesso em: 19 set. 2024.

COELHO, E. V. B.; SANTANA, J. A. S.; MORAES, M. E. N.; COSTA, P. L. S.. Formação docente: necessidade dos pensamentos de Paulo Freire na aprendizagem de pessoas jovens, adultas e idosas. In: DANTAS. T. R; OLIVEIRA. I. A; OLIVEIRA. M. O. M; ALVES. E. V; **Paulo Freire em diálogo com a educação de jovens e adultos**. Salvador (BA); Editora EDUFBA, 2020. 212p. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33054/3/paulo_freire_em_di%C3%A1logo_com_a%20educa%C3%A7%C3%A3o_de_jovens_e_adultos_repositorio.pdf. Acesso em: 18 set. 2024.

COELHO, L. A. As relações dos alunos da EJA com as tecnologias digitais: implicações e possibilidades na vida de cada um. 2011. 133p. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/9254>. Acesso em: 18 set. 2024.

COQUEIJO, M. D. O. S. **Alfabetismo Tecnológico na Educação de Jovens e Adultos**. João Pessoa – PB, 34p, 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/9712/1/PDF%20-%20Maria%20Dilma%20de%20Oliveira%20Silva%20Coqueijo.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

FERRARO, A. R. Direito a educação no Brasil é dívida educacional: e se o povo cobrasse. **Rev. Educação e pesquisa**. São Paulo. V. 34, n, 2 2008. P – 273- 289.

FONTELLES, M. J.; SIMÕES, M. G.; FARIAS, S. H.; FONTELLES, R. G. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**: Diretrizes para a Elaboração de um Protocolo de Pesquisa. 8p, 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/365/o/METODOLOGIA_DA_PESQUISA_CIENT%3%8DFICA_DIRETRIZES_PARA_A_ELABORA%3%87%C3%83O_DE_UM_PROTOCOLO_DE_PESQUISA.pdf. Acesso em: 15 out.2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 129p, 1987. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 21 out.2023.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 120p, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 17 out.2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 out.2023.

LEDESMA, M. R. K. **Evolução histórica da educação brasileira**. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2010. 130p. - (Coleção Pedagogia: saberes em construção). Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/817/5/Evolu%C3%A7%C3%A3o%20Hist%C3%B3rica%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira%20-%20Maria%20Rita%20Ledesma.pdf>. Acesso em: 15 out.2023.

LIMA.J. D. R. L; FERNANDES. D. G. A empregabilidade dos alunos egressos da Educação de Jovens e Adultos. In: MORAIS. C. R. S; ARAÚJO. E. A. **Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária**. 1. Ed. Fortaleza (CE); Editora RDS, 2015. 228p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/economia_solidaria_e_educacao_de_jovens_e_adultos.pdf. Acesso em: 15 out.2023.

PINI, F. R. Educação Popular em Direitos Humanos no Processo de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos: Uma Experiência do Projeto Mova-Brasil. **Educação em Revista**, v. 35, p. e214479, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/jHc5dNLjnXqTwP4V8XxrwKF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 out.2023.

SANTOS, V. F. Os alunos da Educação de Jovens e Adultos em Processo de escolarização e as relações com as tecnologias digitais: possibilidades e desafios. 106p, 2016. **Dissertação** (Mestrado em Estudos Interdisciplinares) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/22982>. Acesso em: 20 out.2023.

SAVIANI. D.; GALVÃO, A. C. Educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. In: **Universidade e Sociedade**, Brasília, nº 67, p. 36 – 49, jan. 2021. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/julianaschivani/disciplinas/midias-educacionais/educacao-na-pandemia-a-falacia-do-201censino201d-remoto/view>. Acesso em: 20 out.2023.

SOARES, M. Alfabetização e Letramento: caminhos e descaminhos. **Revista Pedagógica**. p. 96-100, 29 fev. 2004. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf>. Acesso em: 12 out.2023.

SOUZA. E. Â.; PEDROSO, G.; ANTUNES, C.; ALCANTARA, A. C. A pandemia do novo coronavírus s, Covid-19 e a relação trabalho e saúde na educação. In: **Universidade e Sociedade**, Brasília, nº 67, p. 62 – 79, jan. 2021. Disponível em: https://issuu.com/andessn/docs/revista_us-74_digital_2. Acesso em: 12 out.2023.

VILAÇA, M. L. C.; ARAÚJO, E. V. F. (Org.). **Tecnologia, sociedade e educação na era digital**. Duque de Caxias, RJ: UNIGRANRIO, 2016. 300p. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/tecnologiasociedade-e-educacao-na-era-digital/234995124>. Acesso em: 15 out.2023.

UNESCO. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática**. Brasília: 2008. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000162640_por. Acesso em: 15 out.2023.

APÊNDICES

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

Dados do professor(a):

Nome:

Formação:

Profissão:

Tempo de atuação:

Série lecionada:

- 1- Como você definiria o nível de alfabetização e letramento dos seus alunos?
- 2- Você já ouviu falar em analfabetismo digital? O que você entende por esse termo?
- 3- Você possui habilidades ou conhecimento prévio sobre o uso de tecnologias digitais? Se sim, quais são?
- 4- A sua escola possui ambiente e equipamentos de informática para os alunos terem acesso as novas tecnologias?
- 5- Com relação a capacitação, você acha que deveria ter esses momentos para os professores ou só as suas habilidades já conseguem suprir as necessidades?
- 6- Quais recursos digitais você mais utiliza em sua aula?
- 7- Como você percebe o nível de familiaridade dos seus alunos com as tecnologias?
- 8- Seus alunos enfrentam obstáculos em relação ao uso dessas tecnologias? Se sim, que estratégias você considera mais eficazes para ajudar os alunos a aprimorarem habilidades digitais, contribuindo na superação do analfabetismo digital?
- 9- Na sua opinião, a integração das tecnologias ao ensino da EJA pode contribuir para oportunidades educacionais? Se sim, quais?

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS ALUNOS/AS

Dados dos alunos:

Nome:

Idade:

Ciclo que está matriculado:

- 1- Porque você se matriculou para a modalidade EJA? Tem algum motivo específico, um sonho ou objetivo?
- 2- Você tem experiência ou acesso às tecnologias digitais? Se sim, com quais?
- 3- Sua escola disponibiliza espaço e equipamentos para seu acesso as novas tecnologias digitais?
- 4- Você enfrenta dificuldades em utilizar essas tecnologias? Se sim, quais são essas dificuldades? Acha que elas te limitam de praticar algo?
- 5- Que tipo de recursos ou apoio dos professores você gostaria de receber em relação ao uso das tecnologias na sua educação?
- 6- Você tem alguma observação final ou sugestão que gostaria de compartilhar sobre o uso das tecnologias na EJA? Se sim, quais são elas?